

Trabalho, exploração e ações de resistência no sertão do Seridó Potiguar: uma experiência do Laboratório LAMPEAR de Observação sobre o Trabalho

Sandra Regina Guiotti

Este artigo é o resultado de um trabalho junto ao Laboratório LAMPEAR e da Incubadora AFESOL no período de 2011 a 2016, como parte integrante de projetos de extensão do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN). A Incubadora AFESOL (Articulação e Fortalecimento Empreendimentos Solidários) foi criada para execução do projeto de extensão aprovado pelo CNPQ (Edital 58/2010) *“Pedagogia da Alternância e Educação Popular na incubação de empreendimentos solidários” dá continuidade as ações desenvolvidas pelo projeto “Formação Sociopolítica e Técnica da Cadeia Produtiva do Leite: Aplicação de Estratégias da Pedagogia da Alternância no Rio Grande do Norte”*, para o acompanhamento da instalação de treze tanques de resfriamento de leite na região do Seridó Potiguar no intuito do cumprimento à Normativa 51 editada pelo Ministério da Agricultura no ano de 2002, além do suporte técnico aos agricultores (sendo o público alvo o pequeno agricultor) que tiveram seus cotidianos alterados devido ao cumprimento de tal normativa. O Laboratório LAMPEAR (Laboratório de Movimentos Sociais e Educação Popular) se integrou ao projeto junto à Incubadora como Observatório de Trabalho na região do Seridó Potiguar.

Foi através da execução do projeto dos Tanques de Resfriamento que pudemos “mergulhar” no infinito sertão do Seridó num trabalho que nos proporcionou além de uma vivência maravilhosa junto às comunidades e aos agricultores também nos despertou para o inusitado - que foi nossa verificação das relações de trabalho travadas nos mais variados segmentos da economia da região, tais como as bonelarias (fábricas de bonés) com utilização da mão de obra infantil, as cooperativas de cerâmicas e de agricultores, as confecções, comércio, trabalho doméstico, além do trabalho docente.

O Seridó Potiguar é composto de vinte e cinco municípios e em comum todos tem a água como problema central, uma vez que esta região é semiárida e caminha para uma possível desertificação devido ao mau uso do solo nos quase quinhentos anos de ocupação do sertão pela pecuária como fator econômico determinante e pelos longos períodos de estiagem que assolam a região.

A situação se agrava ainda mais quando da verificação dos últimos estudos que a região caminha a passos largos para o processo de desertificação do solo, conforme relatório do Ministério do Meio Ambiente no Estudo intitulado: Panorama Rio Grande do Norte¹, que entende como desertificação o conceito aceito na Agenda 21 da RIO ou ECO 92².

Segundo MELLO (2011, p. 17) “o Seridó Potiguar se caracteriza por não ser apropriado para nenhuma atividade agrícola devido as limitações impostas pela falta d’água e erosão, bem como os impedimentos de uso de máquinas agrícolas devido a pedregosidade e rochiosidade do solo”.

Assim durante muitas décadas do século passado a cotonicultura foi a atividade principal do Seridó Potiguar em conjunto com a atividade da pecuária, no entanto com o declínio da cotonicultura nos fins do século XX, o Seridó precisou fortalecer suas bases econômicas para resistir as crises advindas da falência múltipla da cotonicultura e da mineração. Dessa forma, a pecuária foi se firmando como uma estratégia econômica para superar as adversidades que se abateram sobre a região. De uma base estritamente de corte a pecuária voltou-se para a produção de leite, produto que pelo significado socioeconômico que possui merece ser considerado como o novo “ouro branco” da região. É com base na produção leiteira que a maioria da população rural subsiste, assim como boa parte da urbana.

A população localizada nas zonas rurais vive em áreas onde há um contato direto com o meio ambiente natural, e que hoje se encontra ameaçado em diversos parâmetros devido a exploração de seus recursos. A falta de informação sobre a escassez e a renovação desses recursos pode afetar irreversivelmente as condições do ambiente, seja se tratando de qualidade e fertilidade dos solos, seja da diversidade de espécies biológicas, animais e vegetais ou dos minerais encontrados. Por isso houve num primeiro momento a necessidade primordial para a introdução da educação ambiental nas comunidades rurais, visando o fortalecimento do conhecimento agroecológico. A princípio o trabalho com a definição de agricultura sustentável de ROMEIRO (1998), em que a agricultura sustentável é o manejo e conservação dos recursos naturais e a orientação de mudanças tecnológicas e institucionais de tal maneira a assegurar a satisfação de necessidades humanas de forma continuada para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável conserva o solo, a água e os recursos

¹ Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/panorama_riograndedonorte.doc

² Na Agenda 21, em seu Capítulo 12 (1997, p. 183), encontra-se sistematizada uma definição para o termo desertificação, assim expressa: “a desertificação é a degradação do solo em áreas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas, resultante de diversos fatores, inclusive de variações climáticas e de atividades humanas”. A degradação da terra é entendida como correspondente à degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e da biodiversidade, significando, por fim, a redução da qualidade de vida das populações afetadas (MMA, 2004, p. 4).

energéticos animais e vegetais; não degrada o meio ambiente; é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

Hoje a questão ambiental é levantada devido a observância dada ao crescimento populacional e seu consumo, e que voltados ao capitalismo traz preocupantes índices de desmatamento, extinções de espécies em massa, desigualdade social, fome, miséria entre outros. A degradação da natureza não é apenas um fator econômico ou ambiental, mas também social, pois este último é o meio que interliga capital e natureza, e é a força motriz dos impactos causados direta ou indiretamente – uma vez que a sociedade precisa de sustento, de trabalho, e estes na maioria das vezes vêm da natureza. Em síntese, o homem depende do capital, e usa a natureza como produto de troca e venda, para obter seu sustento e as indústrias seu lucro através da produção provindas das matérias-primas.

No meio rural, a falta de técnicas agrícolas sustentáveis e do conhecimento da agroecologia em geral causam desequilíbrios ambientais, fragmentando o hábitat de diversas espécies. Tais fatores, juntamente ao crescimento populacional com produções voltadas ao mundo capitalista, são a causa maior da degradação ambiental. Importante salientar uma das sínteses do pensamento de ZERBO (2010), que coloca que a introdução da agricultura e da criação de animais foi a mudança fundamental que permitiu ao homem adaptar-se a diversos ambientes e modificar os complexos biológicos, fazendo-os produzir mais ou fornecer gêneros outros que os produzidos por meios naturais. Desde então ocorreram drásticas mudanças, e muitas espécies não existem mais, devido as alterações causadas pelo homem, não somente através da agricultura, mas também das atividades pecuaristas.

No Sertão nordestino o desmatamento do bioma Caatinga foi mais extenso a partir do século XX, em que se caracteriza pelo desenvolvimento urbano e desmatamento de grandes áreas para a produção agrícola e pecuária, causando desmatamentos e queimadas. E transformando a floresta de caatinga por plantio de gramíneas exóticas. (MIRANDA, 2004).

Hoje, a agricultura e pecuária cresce a partir do aumento da população que se preocupa com a produção de alimentos, onde são devastadas as últimas florestas que restam no planeta. A agropecuária é hoje uma das atividades responsáveis pelo desequilíbrio ecológico, começando pelo desmatamento, onde geralmente se usam técnicas de coivaras, que consiste na queimada da vegetação, deixando o solo de início, fértil, porém ao longo do tempo, infértil, devido a sua alteração no PH do solo. O desmatamento a partir destas atividades causa a morte de espécies animais nativos, por estes não terem alimento ou abrigo e que muitas vezes invadem as “propriedades” rurais, onde antes seu hábitat natural, e que por fim acabam sendo mortos pelos “proprietários” das terras.

A técnica de monocultura é outro fator relevante para a infertilização do solo, alterando também o ciclo hidrológico devido a pouca penetração de água das chuvas no solo pobre de vegetação, causando também erosões que levam consigo os nutrientes do mesmo, gerando sua infertilidade. Outro fator é o uso de agrotóxicos, causando grande risco para a vida animal, incluindo o homem.

A desertificação é outro fator substancial para os saberes agroecológicos – caso da região do Seridó. O processo de desertificação agrava-se devido a instalação de inúmeras indústrias ceramistas e da exploração de minérios. A agricultura está diretamente ligada à indústria ceramista na região do Seridó, pois em períodos de seca, uma das poucas fontes de renda é a extração de madeira para fornecimento de energia para a produção ceramista, feita pelos proprietários de terras, acarretando degradação das florestas de caatinga existentes na região. Além disso, a criação de gado nessa região – que também é grande produtora de leite e de laticínios – contribui agudamente para a compactação do solo. Outro fator influente na desertificação é o processo de queimadas que acaba alterando as condições químicas do solo, gerando ao longo do tempo a infertilização do solo desta região. Nesse sentido, a pressão antrópica, pretérita e atual, mostra-se como causa potencial do processo de degradação do bioma Caatinga no núcleo de desertificação do Seridó. Para as áreas mais degradadas, mesmo abandonadas após o uso agrícola, são constatados processos de desertificação, com grande dificuldade de regeneração de espécies vegetais. (COSTA ET AL., 2001).

A sustentabilidade ambiental propõe mudar os valores individualistas e competitivos causados pelo capitalismo, associados à exclusão, responsáveis pela crise ambiental, por um papel mais responsável do ser humano, voltando-se para a construção de uma economia solidária. Para a superação destes impasses sociais e econômicos, agravados pelas condições naturais do semiárido, as diversas formas de ajuda mútua e de cooperação entre a população rural, e todo o conhecimento agroecológico produzido ao longo dos séculos.

Outro ponto comum nessa região são as frágeis relações de trabalho muitas vezes verificadas de forma completamente irregular do ponto de vista da CLT (até novembro de 2017) como também dos órgãos reguladores das cooperativas como, por exemplo, ACI (Aliança Cooperativa Internacional), ou ainda do ponto de vista da OIT (Organização Internacional Trabalho) no qual o Brasil compartilha muitas convenções que são ignoradas nessas relações de trabalho na região do Seridó Potiguar tais como: a Convenção 182 que trata do trabalho infantil, e das convenções de número 29 e 105 que versam sobre o trabalho forçado ou obrigatório e da abolição do trabalho forçado).

Tendo em vista este cenário crítico, podemos acrescentar para darmos forma histórica a este processo o conceito de Coronelismo de José Murilo de Carvalho para tratarmos os resquícios de um coronelismo ainda muito presente na região, resultando em formas de trabalho questionáveis numa região já tão castigada pela própria natureza. Foi diante da sensação de estranhamento destas relações de trabalho que estão dadas na região que procuramos cada vez mais estreitar e direcionar não apenas nossos olhares, mas também nossa pesquisa pelo viés das precárias relações de trabalho na região seridoense.

As questões históricas na região do Seridó estão severamente marcadas pelo coronelismo ou mandonismo, sendo estes dois conceitos distintos para José Murilo de Carvalho em seu livro *Coronelismo, Mandonismo e Clientelismo: Uma Discussão Conceitual de 1997*, no qual o autor fará uma distinção destes três conceitos. Apesar de muito usado e difundido popularmente a expressão do coronelismo através da obra de Vitor Nunes Leal (1948), segundo José Murilo de Carvalho, esta expressão ou conceito tem data de nascimento e morte, sendo uma relação de poderes locais com o Estado Nacional do Brasil que nasce com a decadência econômica dos fazendeiros, sendo que esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face aos seus rivais e dependentes. A manutenção deste poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção que diminuía a dos donos da terra.

Ainda segundo José Murilo de Carvalho (1997), o coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre proprietários rurais e o governo. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República (1889) e durou até o Estado Novo (1937). Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária.

Essa visão do coronelismo distingue-o da noção de mandonismo. Este talvez seja o conceito que mais se aproxime do de caciquismo na literatura hispano-americana. Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça

completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.

Na visão de Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo. Mandonismo, segundo ele, sempre existiu. É uma característica do coronelismo (CARVALHO, 1997).

Acredito ser importante a exposição acima de José Murilo de Carvalho (1997) para podermos entender que as relações de poder se perpetuam através dos séculos, apesar “mudarem de roupa” e ressignificarem o *coronel* ou o *mandão* ainda estão muito presentes não só no imaginário da população sertaneja, mas muito presente no cotidiano, principalmente nas relações de trabalho.

A partir de tal análise conjuntural da economia do território do semiárido, a pesquisa junto ao LAMPEAR e a AFESOL de Observatório do Trabalho buscou desenvolver um conjunto de metodologias de aplicação e execução das atividades. Numa primeira perspectiva, as ações foram centradas sob a forma de pesquisa-ação sugerida por Michel Thiollent (1992). Para isso, foram incorporadas as proposições metodológicas de Dulce Whitaker (2002) e de processos de educação popular desenvolvidos por Paulo Freire (1983; 1996). Assim, nossa caminhada esteve dividida em pesquisa, visitas técnicas, oficinas e cursos que poderão ser contemplados na pesquisa-ação.

Dessa maneira, além das pesquisas, foram ser realizadas visitas técnicas para orientar e discutir as demandas apresentadas pelos grupos sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento econômico - isso no intuito de trocar experiências entre todos os sujeitos envolvidos na pesquisa. Tais visitas também redirecionaram as atividades, uma vez que o debate e a crítica social possibilitaram novas demandas à pesquisa que surgiram ao longo do processo. Assim, a partir do (re) planejamento da pesquisa, foram realizadas rodas de conversa em temas pertinentes à organização do grupo, ao planejamento de ações, ao processo de tomada de decisões e ao controle dos resultados. Foi contemplado, ainda, o desenvolvimento de dinâmicas concernentes à resolução dialogada de conflitos e à simulação de respostas a problemas latentes ou manifestos.

Nestes termos, a pesquisa incidiu na condução do público-alvo (jovens e adultos trabalhadores inseridos em práticas de economia popular solidária) ao debate de seus problemas e demandas, para que pudessem tomar consciência do espaço onde estão e descobrir novas perspectivas.

Assim, a pesquisa pode englobar práticas de formação sociopolítica e técnica, constituídas a partir do intercâmbio entre todos os sujeitos envolvidos. Ressalto, portanto, que as estratégias de educação popular e de pesquisa-ação tornaram-se essenciais para a construção e a sistematização coletivas de saberes na medida em que se mostraram articuladas à criação de um conjunto de ações necessárias ao desenvolvimento social, político e técnico de acadêmicos e de trabalhadores, simultaneamente.

A construção e a sistematização de saberes privilegiaram conteúdos em ética, agroecologia, economia solidária, responsabilidade social, controle social e participação econômica, empreendedorismo social, resolução dialogada de conflitos, relações humanas no trabalho e autogestão. O intuito foi acompanhar os grupos produtivos à reflexão coletiva em torno de processos de exclusão social, inerentes ao sistema capitalista, ao tempo em que novas possibilidades estiveram traçadas a partir do diálogo propiciado na pesquisa acadêmica. Tal procedimento está indicado por Paul Singer (1998) quando defende que novas interpretações analisam possibilidades da economia solidária, não mais como uma ação pré-política, mas, como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho, do mercado ou mesmo de uma economia alternativa. Trata-se de contribuir para a solução de situações-problemas, ou seja, para que o grupo possa decodificá-las e encontrar caminhos próprios, mediados pelo conhecimento acadêmico.

Finalmente, ressalto que a metodologia da pesquisa esteve fundamentada no pensamento crítico de Paulo Freire, em que a dialogicidade do espaço público de discussão é o foco da educação popular. Ainda nas concepções de educação popular de Paulo Freire, todas as ações do projeto estão em concordância com a realidade das populações sertanejas (ou não) participantes da pesquisa. O registro fotográfico e audiovisual das atividades foi realizado integralmente, a fim de propiciar maior pluralidade de olhares e subjetividades acerca das temáticas pesquisadas. Assinalo, ainda, que todas as atividades seguiram as metodologias de trabalho de campo sugeridas por Dulce Whitaker (2002), tais como a pesquisa-ação e os diários de campo artísticos confeccionados pela equipe, e outros elementos da área de conhecimento da sociologia rural.

As contínuas avaliações da pesquisa foram realizadas através de reuniões periódicas de avaliação com o professor-orientador e, eventualmente, em reuniões com grupos de pesquisa. Através das rodas de conversas com os trabalhadores foi possível a aproximação de uma realidade até então inédita para pesquisadores e bolsistas da pesquisa, que no primeiro momento nos chocou, mas com o caminhar de nossas atividades pudemos detectar as frágeis

relações de trabalho travado na perspectiva de cooperativismo rural e também nos demais segmentos econômicos, seja de forma cooperativa ou não.

Mas, mesmo diante de cenário tão conturbado surgem também às insurreições de pequenos grupos organizados por mulheres, agricultores, estudantes e professores, além do próprio Laboratório LAMPEAR que através de muitas ações junto à comunidade acadêmica e a população de modo geral, pôde realizar diversos eventos, seminários e semanas de estudos, sempre voltados para discussão da temática do Trabalho de forma a convidar toda população presente a refletir sobre o tema de forma humana e emancipatória.

Foi no decorrer de nossa pesquisa sobre a cadeia produtiva do leite que pudemos vivenciar diariamente as mais diversas relações de trabalho existentes na região do Seridó, e foi também a partir deste cotidiano que o Laboratório LAMPEAR e a Incubadora AFESOL passaram a desenvolver atividades tanto no âmbito acadêmico como também junto as comunidades no intuito de abriremos os debates junto a estas comunidades sobre alguns temas de extrema relevância e importância social e de emancipação humana.

Levando em consideração todos os fatores sociais e históricos descritos passamos a pensar em diferentes atividades nos mais variados espaços públicos para que as discussões contemplassem o maior número de pessoas possível.

Para tanto passamos a sistematizar as regiões onde verificamos a incidência de trabalhos mais precários e pudemos vislumbrar um triste cenário regional de desprezo às leis trabalhistas, aos direitos humanos, a infância e adolescência, para além do trabalho outra questão que nos chamou nossa atenção foi sobre a violência contra as mulheres, crianças e animais.

O termo *precariedade do trabalho* – compreendida e muito utilizada nos dias atuais por diversos autores e estudiosos do mundo do trabalho – nos remete a uma realidade muito atual dentro da perspectiva das reformas trabalhistas que vem ocorrendo pelo mundo todo em decorrência das transformações que o capitalismo vem impondo, no Brasil particularmente a partir da década de 1990 (ANTUNES, 2012).

No entanto, esta precariedade no trabalho, especificamente nesta região do Brasil é secularmente vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras seridoenses, numa região onde diversos tipos de trabalho são realizados diariamente por crianças (cerâmicas/bonelarias), pelos trabalhadores das indústrias ceramistas que chegam a trabalhar quatorze horas por dia junto ao forno, as trabalhadoras domésticas que sequer chegam a receber meio salário mínimo por mês trabalhado, uma precariedade praticamente invisível aos olhos da justiça e naturalizada diariamente aos olhos de Deus.

Outro fator agravante da exploração do trabalho no Seridó é a formação de diversas cooperativas sem nenhum princípio da ACI (Aliança Cooperativa Internacional)³, cooperativas que visam explorar o trabalhador com o falso discurso do empreendedorismo, mas que em realidade apenas se aproveitam das isenções dos tributos trabalhistas, explorando o trabalhador duplamente.

“Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de «empreendedorismo», «cooperativismo», «trabalho voluntário», etc. O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais esclarecedor. Em sua origem, elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego, o fechamento das fábricas, o despotismo do trabalho. Hoje, entretanto, contrariamente a essa autêntica motivação original, os capitais criam falsas cooperativas como instrumental importante para depauperar ainda mais as condições de remuneração e aumentar os níveis de exploração da força de trabalho, fazendo erodir ainda mais os direitos do trabalho” (ANTUNES, 2012).

Foi também através de nossos encontros com as comunidades de agricultores e agricultoras, junto as escolas públicas, Movimento de Mulheres do Seridó, Casa de Cultura de Caicó, entre outros, que pudemos pensar nossa primeira atividade em 2011, culminando na “I Jornada do Trabalhador” que durante todo mês de maio daquele ano pudemos discutir com os mais diversos segmentos da sociedade (trabalhadores, professores, agricultores e estudantes) as delicadas relações de trabalho travadas nos mais diversos segmentos da economia regional, tais como trabalho infantil, trabalho cooperativo, doméstico e docente.

A “I Jornada do Trabalhador” foi apenas a primeira de dezenas de atividades que o LAMPER e a AFESOL desenvolveram ao longo dos cinco anos de intensas atividades que mexeram profundamente e alteraram o cotidiano de muitos trabalhadores, mulheres, agricultores e estudantes que ganhavam cada dia mais voz e espaço de trabalho e discussão.

Muito importante ressaltar neste espaço que os trabalhos e as atividades realizadas junto ao LAMPEAR e a Incubadora AFESOL, sempre foram norteados pelo princípio da autogestão entre todos os membros internos e externos aos projetos em execução, tornando o Laboratório LAMPEAR um espaço privilegiado de discussões e planejamentos de atividades. Um espaço onde todas as funções desempenhadas seguiram pelo critério dos rodízios buscando tornar o espaço verdadeiramente democrático e autogestionado por todos.

³ Ver Carta de Princípios – disponível em: http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf

No intuito de promovermos juntamente com os membros participantes do LAMPEAR e da AFESOL e na tentativa de mexermos nas estruturas nas quais estão sustentadas secularmente pela Igreja Católica e pelos resquícios coronelistas ainda muito presente nas relações de trabalho explorado, na administração pública e que se faz ainda muito eficaz nos dias de hoje principalmente nos períodos de seca/estiagem, na opressão contra as mulheres e crianças que seguimos promovendo atividades direcionadas, como por exemplo: as semanas dedicadas as mulheres e todos os temas correlatos (violência, amor, saúde, trabalho e arte), ciclo de seminários voltados aos temas de Economia Popular e Solidária (I Colóquio Internacional de Economia Popular Solidária, 2012), cursos de formação em Direitos Humanos (junto as escolas públicas secundaristas entre professores e alunos), ciclos de cinema ao ar livre para o público infantil com temas que valorizam o sertão e vida sertaneja. Todas as atividades e ciclos de atividades que realizamos sempre foram acompanhados por ciclos de cinema/filme que tratassem os temas discutidos, além da promoção das “Feiras de *Agri-Cultura*” que ocorreram quinzenalmente no espaço de vivência do CERES/UFRN, com o objetivo que promover a agricultura familiar, a arte e artistas populares da região, além de ter se tornado espaço privilegiado para encontro e discussões entre os agricultores e artistas seridoenses.

Caminhamos juntos até a V Jornada do Trabalhador, no entanto muitas outras ações fizeram parte do nosso cotidiano durante os cinco anos que pudemos percorrer e lutarmos juntos contra um sistema opressor de trabalho, contra um sistema opressor das mulheres e crianças, contra um sistema opressor que historicamente sempre tentou coibir os sertanejos a se emanciparem e garantindo uma vida de autonomia e liberdade.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil. Reestruturação e precariedade. Revista Nueva Sociedad – Democracia y Política en America Latina – 2012.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, T. C. C. et al. Mapeamento da fitomassa da caatinga do núcleo de desertificação do Seridó, pelo índice de área de planta (IAP) e o índice de vegetação da diferença normalizada (NDVI), obtido com dados do sensor Landsat 7 TM. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. 10. 2001. Anais. Foz do Iguaçu, 2001. CD-ROM.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MELO, Rodrigo Otávio Freire de. A Mineração Artesanal e de pequena escala em pegmatitos e cerâmica no município de Parelhas, Região do Seridó/Rio Grande do Norte. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, 2011.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. O Descobrimento da Biodiversidade: A Ecologia de Índios, Jesuítas e Leigos no Século XVI. São Paulo-SP: Ed Loyola, 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura. São Paulo-SP: annablume: FAPESP, 1998.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo: Cortez, 1992.

WHITAKER, Dulce. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZERBO, Joseph Ki. História Geral da África I: Metodologia e Pré-história da África. 2ªed. Brasília-DF: Unesco, 2010. 992p.

Sites consultados:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/panorama_riograndedonorte.doc

http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf